

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Tribunal de Justiça
Coordenadoria de Material e Patrimônio

ETP-CMEP - 42026

Código de validação: 5471B7448C

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. INTRODUÇÃO

1.1. Por se tratar de um objeto/aquisição de baixa complexidade o estudo preliminar será simplificado tendo como escopo principal identificar o detalhamento do material a ser adquirido com a caracterização das especificações técnicas, a justificativa da demanda, deveres das partes, assim como estabelecer prazo, local de entrega, forma de fornecimento, e demais informações que possam fornecer elementos básicos para a abertura de competente processo licitatório nos termos da lei.

2. UNIDADE REQUISITANTE

2.1. Coordenação de Material e Patrimônio

3. OBJETO

3.1. Formação de ata de registro de preço para futura contratação de empresa especializada no fornecimento de conjuntos infantis compostos por mesas e cadeiras, destinados à estruturação e padronização das salas de depoimento especial do Poder Judiciário do Estado do Maranhão.

4. MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

4.1. Modalidade de licitação

☒ pregão; () concorrência; () concurso; () leilão; () diálogo competitivo.

4.2. Contratação direta

() Inexigibilidade de licitação; () Dispensa de licitação;

4.3. Procedimentos Auxiliares:

() credenciamento; () pré-qualificação; () procedimento de manifestação de interesse;

☒ sistema de registro de preços; () registro cadastral.

4.4. Critério de julgamento:

☒ menor preço; () maior desconto; () melhor técnica ou conteúdo artístico;

() técnica e preço; () maior lance, no caso de leilão; () maior retorno econômico.

5. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Tribunal de Justiça
Coordenadoria de Material e Patrimônio

5.1. Plano anual de contratações:

5.1.1. A demanda consta do Plano Anual de Contratações do ano corrente?

☒ Sim; ☐ Não.

5.1.2. A contratação está prevista na proposta orçamentária da unidade para o ano de 2026 e devidamente cadastrada no sistema E-POP sob o número 2026DE00014.

5.1.3. Previsão do início da execução: 01/09/2026

5.2. Ata de Registro de Preço vigente com o mesmo objeto

☐ Sim; ☒ Não

5.3. Contrato vigente com o mesmo objeto

☐ Sim; ☒ Não

5.4. Justificativa da necessidade da contratação:

5.4.1. A aquisição dos conjuntos infantis visa garantir ambiente adequado, acolhedor e funcional nas salas de depoimento especial, contribuindo para a humanização do atendimento prestado a crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência. Nos termos da Lei nº 13.431/2017, o depoimento especial deve ocorrer em espaço apropriado e acolhedor, sendo o mobiliário elemento essencial para conforto físico e emocional, redução do estresse da criança, facilitação da comunicação e criação de ambiente lúdico e seguro. A ausência de mobiliário adequado compromete a qualidade do atendimento e pode impactar negativamente a coleta do depoimento.

5.4.2. Relação entre a demanda prevista e a quantidade a ser contratada: Os quantitativos foram definidos com base no número de salas existentes, atualmente 93 (noventa e três) salas instaladas, na necessidade de padronização e na possibilidade de instalação de novas.

5.4.3. Do resultado pretendido: Adequação do espaço de acolhimento e oitiva com mobiliário infantil ergonômico e apropriado ao público atendido.

5.4.4. Plano de contratações anual: a contratação foi incluída no sistema E-POP e faz parte do planejamento anual de contratações da Coordenadoria de Material e Patrimônio, conforme já explicitado no item 5.1.2.

5.4.5. Da descrição da solução como um todo: aquisição de conjuntos infantis padronizados, ergonomicamente adequados, resistentes e seguros, destinados ao uso em ambientes de depoimento especial.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1 Critérios de seleção do fornecedor: Os critérios de seleção são os meios de diferenciar as propostas apresentadas e fazer sobressair a proposta mais vantajosa para a Administração, respeitando o princípio da isonomia entre os concorrentes. No caso concreto, aquele que apresentar o menor preço para sua proposta deverá ser selecionado, desde que, não tenha impedimentos legais e atenda os demais critérios do edital;

6.2. Critérios de habilitação: destinam-se à avaliação dos licitantes sob os aspectos



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Tribunal de Justiça
Coordenadoria de Material e Patrimônio

de capacidade jurídica; técnica; fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira (art.62 da Lei 14.133/2021), devendo ser inseridos no termo de referência e no futuro edital da licitação;

6.3. Critérios técnicos: o licitante, previamente classificado em primeiro lugar, deverá comprovar capacidade técnica através da apresentação de, no mínimo, 01 (um) atestado de desempenho anterior, compatível com o objeto licitado, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprobatório da capacidade técnica para atendimento do objeto da presente licitação;

6.4. Critério de aceitabilidade: o objeto será aceito se houver conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao valor máximo estimado para a contratação;

6.5. Critério de julgamento das propostas: para seleção da proposta mais vantajosa será avaliado o menor valor unitário por item, observando que, em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os critérios de desempate elencados no art. 60 da Lei nº 14.133/2021;

6.6. Justificativa da não divisão do objeto: Considerando que o objeto da contratação consiste no fornecimento de conjunto de mobiliário infantil composto por mesas e cadeiras interdependentes, sua divisão em itens autônomos não se mostra tecnicamente viável. Os componentes que integram o conjunto foram projetados para uso conjunto, possuindo padronização estética, dimensional e funcional, de modo que sua aquisição de forma fracionada poderia comprometer a uniformidade dos ambientes, a ergonomia, a compatibilidade entre os elementos e a qualidade do atendimento prestado nas salas de depoimento especial. Adicionalmente, a eventual contratação de fornecedores distintos para partes do conjunto poderia gerar incompatibilidades técnicas, variações de qualidade e dificuldades na responsabilização contratual, especialmente no que se refere à garantia e assistência técnica dos produtos. Sob o aspecto operacional, a contratação de um único fornecedor para o conjunto completo contribui para a simplificação da logística, do recebimento, da fiscalização e da gestão contratual, aumentando a eficiência administrativa e reduzindo riscos de execução. Dessa forma, conclui-se que o parcelamento do objeto não é técnica nem economicamente recomendável, estando a decisão fundamentada no art. 47 da Lei nº 14.133/2021, que admite a não divisão quando esta implicar prejuízo ao conjunto da solução ou comprometer sua adequada execução.

7. CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES

7.1. Não se verifica a necessidade de contratações correlatas nem interdependentes, para a viabilidade de contratação desta demanda.

8. DO DETALHAMENTO DO OBJETO

8.1. Da especificação e quantidade

8.1.1. A quantidade e a especificação necessária para o pleno atendimento da solicitação apresentada encontra-se especificada abaixo:



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Tribunal de Justiça
Coordenadoria de Material e Patrimônio

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT. A SER REGISTRADA
01	<p>CONJUNTO TRAPÉZIO EM RESINA PLÁSTICA DE ALTO IMPACTO COMPOSTO DE 06 MESAS, 06 CADEIRAS E 01 MESA CENTRAL – TAMANHO INFANTIL – Adequado para crianças até 06 anos. Mesa em formato trapézio, para uso coletivo e não individual, possibilitando a formação de grupos de estudo com 6 mesas; 06 cadeiras e uma mesa central. Mesa em formato trapézio, formado por uma mesa e uma cadeira, tampo da mesa confeccionado em resina termoplástica ABS medindo 660mm x 240mm x 440mm com 390mm de profundidade dotado de nervuras transversais e longitudinais para reforço à tração na parte inferior. Estrutura de aço de apoio do tampo da mesa formado por tubo em aço industrial quadrado medindo 20mm x 20mm dobrada como peça unica. Uma barra em tubo oblongo medindo 30mm x 16mm fixada na parte frontal entre uma das colunas laterais. Estrutura reforçada com pés com colunas laterais em tubo oblongo 29x58 na 1,50mm. Pés confeccionados em resina plástica de alto impacto (PP) em forma de arco com acabamento liso e brilhante medindo 460mm de comprimento X 40mm de largura nas extremidades X 50mm de largura na parte central do pé e com 02 frisos em toda extensão do pé com 04 mm de espessura e 46mm de altura do friso. Cavidade do pé receptora das colunas em formato oblongo 29x58 com 84,5mm de altura x 3mm de espessura. Afixação do pé a coluna feita por rebite. Cadeiras com assento e encosto, colunas e pés em resina plástica virgem de alto impácto, fabricados pelo processo de injeção termoplástico, fixados por meio de parafusos, Assento com medidas aproximadas de 340mm (larg) x 340m (prof) considerando raio de curvatura afixado por 04 parafusos na sua parte inferior, altura assento/chão 330mm aproximadamente. Encosto com medidas minimas de 340mm (larg) x 300mm (alt) considerando 04 parafusos sua parte traseira. Estrutura formada por tubo oblongo de 16x30 de diâmetro com espessura de 1,5mm para assento e encosto. Travessa de união das colunas em tubo de 16x30mm na 1,5mm com uma chapa de 3mm de espessura nas extremidades para afixar os parafusos M6 na porca</p>	130



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Tribunal de Justiça
Coordenadoria de Material e Patrimônio

rebite M6 no tubo 20x20 na 1,50mm que fica internamente a coluna plástica da cadeira. Colunas laterais duplas em formato oblongo juntamente com pés em peça única em resina plástica PP de alto impacto na mesma cor do assento e encosto. Pé em forma de arco com frisos de resistência atração intenamente nos pés. Afixação das colunas ao assento feitas por parafusos na quantidade de 04 unidades. Estrutura de aço em solda MIG-MAG. Estrutura de aço tratadas por banho químico para evitar corrosão. Pintura Eletrostática a pó.. Cor da Estrutura: cinza. Mesa central sextavada, tampo injetado em polipropileno e fixado a estrutura através de 03 parafusos invisíveis, cada lado medindo 235mm aproximadamente. Tampo injetado em resina plástica na cor Bege, com sete cavidades permitindo a divisão dos materiais, sendo 06 cavidades cada um com porta copos ao lado, com 4mm de espessura. Estrutura composta por 03 tubos de aço industrial DE 20,7MM, formando dos pés. Toda a estrutura metálica é fabricada em tubo de aço industrial tratados por conjuntos de banhos químicos para proteção e longevidade da estrutura, interligados por solda MIG e pintados através do sistema epóxi pó. Variação de até 5% de todas as medidas para mais ou menos.

8.1.2. O valor estimado a ser registrado será apurado a partir da pesquisa de preços realizada pela Coordenadoria de Material e Patrimônio, nos termos da Portaria-GP nº 798/2019.

8.1.3. Foi realizado levantamento de mercado com o objetivo de identificar as alternativas disponíveis para atendimento da necessidade da Administração, considerando fornecedores do setor de mobiliário escolar e corporativo, bem como soluções disponíveis em atas de registro de preços de outros órgãos públicos. Verificou-se que o objeto pretendido possui ampla disponibilidade no mercado, com diversos fabricantes e fornecedores aptos a atender às especificações técnicas exigidas, caracterizando-se como bem comum. Foram analisadas alternativas como a aquisição de mobiliário sob medida, a aquisição de conjuntos padronizados disponíveis no mercado e a adesão a atas de registro de preços vigentes. Concluiu-se que a aquisição por meio de sistema de registro de preços, com base em especificações padronizadas, apresenta-se como a alternativa mais vantajosa sob os aspectos técnico e econômico, garantindo maior competitividade, economicidade e padronização dos



ambientes.

9. CARACTERÍSTICAS DA CONTRATAÇÃO

9.1. Do fornecimento dos materiais

9.1.1. Havendo necessidade do material cujo preço foi registrado, o fiscal do contrato fará a solicitação, mediante ordem de fornecimento, indicando o número do item no contrato, sua descrição, quantidade e preço registrado;

9.1.2. Caberá ao fiscal a definição da forma de envio da ordem de fornecimento à empresa CONTRATADA que deverá possibilitar a confirmação do recebimento e o controle do prazo de entrega;

9.1.3. Os materiais requisitados deverão ser entregues no endereço constante do item 9.4;

9.1.4. No valor dos materiais devem estar incluído as despesas de transporte para que sejam entregues no endereço do CONTRATANTE;

9.2. Dos prazos

9.2.1. A empresa CONTRATADA deverá disponibilizar os materiais no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da ordem de fornecimento, nota de empenho ou outro instrumento equivalente, forma única ou parcelada, de acordo com as demandas da unidade requisitante;

9.2.2. Em todos os casos o prazo para o fornecimento dos materiais será contado a partir da data da solicitação pelo fiscal do contrato se esta for realizada até as 12:00 (doze horas) do mesmo dia e a partir do dia subsequente caso as requisições sejam remetidas após este horário;

9.2.3. Caso a CONTRATADA verifique a impossibilidade de cumprir com o prazo estabelecido, deverá encaminhar ao Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, na pessoa do fiscal do contrato, solicitação de prorrogação de prazo de entrega, da qual deverão constar: motivo do não cumprimento do prazo, devidamente comprovado, e o novo prazo previsto para entrega, que não deverá ser superior a 10 (dez) dias corridos;

9.2.4. A solicitação de prorrogação de prazo será analisada pelo fiscal do contrato na forma da lei e de acordo com os princípios de razoabilidade e proporcionalidade, informando à empresa da decisão proferida;

9.2.5. Em caso de denegação da prorrogação do prazo de entrega, e caso não cumpra o prazo inicial, a CONTRATADA ficará sujeita às penalidades previstas por atraso na entrega.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Tribunal de Justiça
Coordenadoria de Material e Patrimônio

9.3. Da garantia

9.3.1. A CONTRATADA deverá apresentar a comprovação de GARANTIA através de manuais, certificados de garantia ou outros meios idôneos de, no mínimo, 5 (cinco) anos.

a) A garantia será contada do recebimento definitivo, sem qualquer ônus adicional para o TJMA, e inclui a substituição de peças defeituosas ou inservíveis por outras novas e sem uso até a substituição do material defeituoso.

9.3.2 A garantia será prestada com vistas a manter os bens fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o CONTRATANTE.

9.3.3. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pela própria CONTRATADA, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

9.3.4. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

9.3.5. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

9.3.6. Uma vez notificada, a CONTRATADA realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 10 (dez) dias, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pela CONTRATADA ou pela assistência técnica autorizada.

9.3.7. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da CONTRATADA, aceita pelo CONTRATANTE.

9.3.8. Na hipótese do subitem acima, a CONTRATADA deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo CONTRATANTE, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

9.3.9. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do CONTRATANTE ou a apresentação de justificativas pela CONTRATADA, fica o CONTRATANTE autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir da CONTRATADA o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

9.3.10 O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade da CONTRATADA.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Tribunal de Justiça
Coordenadoria de Material e Patrimônio

9.4. Do local e horários de entrega

9.4.1. Os materiais deverão ser entregues na Coordenadoria de Material e Patrimônio do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, situada na Unidade Administrativa nº V com endereço na Rua Viveiros de Castro, nº 257, bairro da Alemanha, CEP: 65.036-710, São Luís/MA.

9.4.2. As entregas podem ser feitas no horário das 8:00 às 18:00 horas de segunda a sexta-feira respeitando eventuais feriados e suspensão de expediente que porventura sejam estabelecidos pela presidência do Tribunal de Justiça do Maranhão.

9.5 Providências prévias a serem adotadas pela Administração

9.5.1. Os artefatos de contratação deverão ser validados pelo Núcleo de Análise de Artefatos;

9.5.2. Os fiscais de contratos a serem designados serão os mesmos que atualmente fiscalizam os contratos de responsabilidade da Coordenação de Material e Patrimônio e, sendo assim, não há necessidade de capacitação específica;

9.5.3. Adequação dos fluxos internos para a gestão da Ata de Registro de Preços e futuro contrato.

9.6. Impactos ambientais e medidas mitigadoras

9.6.1. A contratação poderá gerar impactos ambientais relacionados à cadeia produtiva dos materiais, ao transporte e ao descarte de resíduos. Nesse sentido, deverão ser observadas medidas mitigadoras que promovam a sustentabilidade ambiental, tais como a priorização, sempre que possível, de materiais recicláveis ou de menor impacto ambiental, a exigência de processos produtivos que observem boas práticas ambientais, a utilização de embalagens recicláveis ou reutilizáveis, a otimização logística visando à redução de emissões de poluentes e a destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados. A contratada deverá observar, no que couber, as diretrizes de sustentabilidade previstas na legislação vigente, bem como as normativas aplicáveis do Conselho Nacional de Justiça e demais regulamentos pertinentes.

10. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

10.1. Da gestão do contrato: Ficará sob a responsabilidade da Coordenadora de Material e Patrimônio, Fernanda Melo Lindoso, Matrícula:106500.

10.2. Fiscalização administrativa: Ficará sob a responsabilidade do servidor Marcos Gilson Ferreira Amaral, matrícula: 162198, e como substituto Ana Martinha da Silva Pinheiro, matrícula 103903.

11. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE (OU NÃO) DA CONTRATAÇÃO

11.1. Os estudos preliminares evidenciaram que a contratação da solução mostra-se possível tecnicamente e fundamentadamente necessária. Diante do exposto, declara-



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Tribunal de Justiça
Coordenadoria de Material e Patrimônio

se ser viável a contratação pretendida.

FERNANDA MELO LINDOSO
Coordenadora de Material e Patrimônio
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Matrícula 106500

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 04/05/2026 10:24 (FERNANDA MELO LINDOSO)

